

Mercado de trabalho: uma análise da produção científica nacional

Labor Market: an analysis of the national scientific production

José Luiz Pinheiro Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – Guarapuava – Brasil
joseluizgomes1805@gmail.com

Márcio Luiz Bernardim
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – Guarapuava – Brasil
marcio.bernardim@gmail.com

Silvio Roberto Stefano
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – Guarapuava – Brasil
professor-silvio@hotmail.com

Fernanda Almeida da Silva Rosa
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – Guarapuava – Brasil
fer_almeida-silva@hotmail.com

Luiz Fernando Lara
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG – Ponta Grossa – Brasil
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO – Guarapuava – Brasil
flara2010@gmail.com

Resumo

A globalização, os avanços tecnológicos e as crises econômicas influenciam a oferta de vagas de emprego, tornando o mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Conhecer a sua dinâmica é importante para o governo, para as organizações e para as pessoas que dependem direta ou indiretamente do trabalho para a sua manutenção. O objetivo desta pesquisa foi identificar e quantificar as publicações disponíveis nas bases Periódicos Capes, EnANPAD e Spell no período de 2013-2017, procurando detectar as revistas e autores que mais publicaram sobre o mercado de trabalho, os subtemas mais explorados e os procedimentos metodológicos adotados. Na revisão bibliográfica foi feito um resgate dos conceitos vinculados ao mercado de trabalho e das principais correntes teóricas que tratam do trabalho/emprego. Quanto aos dados obtidos nos repositórios de publicações, de um total de 508 artigos inicialmente encontrados, foram selecionados 44 que atendiam aos objetivos do estudo, evidenciando que os trabalhos se classificam de acordo com as áreas de abrangência (regiões, estados e municípios) e grupos pesquisados (mulheres, jovens, idosos, enfermeiros etc.). Destacaram-se os estudos agrupados no subtema “educação, gênero e jovens”, e o uso de metodologia bibliográfica e documental. A contribuição deste estudo está no levantamento de artigos nacionais recentes sobre o mercado de trabalho, considerando os enfoques das pesquisas, os autores e as publicações que privilegiam a temática.

Palavras-chave: mercado de trabalho, emprego, governo, políticas públicas.

Abstract

The globalization, the technological advances and the economic crisis affect job vacancy offer, making the labor market more and more competitive. Knowing its dynamics is important for the government, for the organizations and for the people that depend direct or indirectly on the work for their maintenance. The objective of the present research was to identify and quantify the publications available on the CAPES (Portuguese abbreviation), EnANPAD (Portuguese abbreviation) and Spell journals, between 2013 and 2017, trying to detect the journals and the authors that most published about the labor market, what the most explored subthemes were, and which methodological procedures were adopted. A recover on the concepts linked to the labor market and on the main theoretical framework that deal with work/job was made within the bibliographical review. Regarding the data collected from the publications, from 508 articles that were initially found, 44 were selected once they met the objectives of the study, emphasizing that the papers are classified according to the area of influence (regions, states and cities) and to the researched groups (women, young people, elders, nurses, etc.). The studies gathered in the subtheme “education, gender and young ones”, and the use of bibliographical and documental methodology have stood out. The present study contribution is on the survey of the recent national articles about labor market, considering the research focuses, the authors and the publications that prioritize the theme.

Keywords: labor market, job, government, public policies.

1. Introdução

O mercado de trabalho constitui o campo em que atuam dois componentes importantes das relações de trabalho: os agentes que oportunizam vagas de trabalho e aqueles que se colocam como trabalhadores. Assim, a força de trabalho se constitui em mercadoria de troca, para a obtenção de um salário ou meios de subsistência, que é oferecida para aqueles que possuem a propriedade dos meios e instrumentos de produção (JAREÑO, 2008).

A globalização, os avanços tecnológicos e as crises econômicas cada vez mais frequentes, provocam uma queda nas ofertas de vagas de emprego, tornando o mercado de trabalho mais competitivo. Alguns trabalhadores se encontram excluídos por não conseguirem emprego formal e recorrem a meios não oficiais, ficando à margem da legislação trabalhista ou previdenciária. Algumas características dos trabalhadores também ampliam a dificuldade de se inserirem no mercado formal, como gênero, idade, níveis de educação e deficiências.

Assim como o trabalhador precisa do emprego, a empresa precisa do trabalhador, e cada vez mais qualificado, estabelecendo uma relação de interesses mútuos. O governo, por sua vez, busca um equilíbrio no mercado de trabalho, minimizando o desemprego e uma série de problemas socioeconômicos dele decorrentes. Por isso os países se preocupam com a criação de políticas públicas para a geração de trabalho e renda. Portanto, as condições do mercado de trabalho sinalizam maior ou menor dificuldade de alguém conseguir emprego.

Conhecer a dinâmica do mercado de trabalho é de suma importância para o governo, para as organizações e para as pessoas que dependem diretamente ou indiretamente do trabalho para sua manutenção. Assim, os estudos acadêmicos sobre esse tema podem contribuir para todos os envolvidos, auxiliando na compreensão da dinâmica do mercado de trabalho e sua influência na sociedade.

O Brasil vem passando, nos últimos anos, por uma séria crise econômica, política e social, que gerou altas taxas de desemprego, de modo que esse é um momento oportuno para o estudo que contemple a produção científica nacional para a compreensão do mercado de trabalho. Assim, o objetivo deste trabalho foi identificar e quantificar as

publicações disponíveis nas bases PERIÓDICOS CAPES, EnANPAD e SPELL no período de 2013-2017.

Diante da importância do estudo da temática para todas as esferas da sociedade, foram formuladas as seguintes questões de pesquisa: Qual o total de publicações sobre o mercado de trabalho nos últimos cinco anos? Quais as revistas e autores que mais publicaram sobre o tema? Quais os subtemas dessas publicações? Quais os procedimentos metodológicos adotados e suas conclusões?

Assim, este artigo se apresenta da seguinte forma: na primeira parte faz-se uma breve revisão teórica sobre o mercado de trabalho; na seção seguinte são relatados os aspectos metodológicos utilizados para o alcance do objetivo; posteriormente são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos; por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas no estudo.

2. Fundamentação teórica

2.1 Mercado de trabalho

A revolução industrial reflete a ascensão do capitalismo sobre os sistemas precedentes, deflagrando um processo de intensa urbanização. Isso contribuiu para que o trabalho ganhasse os contornos que tem até hoje, ou seja, o estabelecimento de uma mercantilização da força de trabalho que, no limite, transformou também o trabalho humano em uma mercadoria a ser livremente negociada entre os capitalistas (patrões) de um lado e o proletariado (força de trabalho) do outro.

Com efeito, no modo de produção capitalista, o trabalho daqueles desprovidos de propriedade de meios e instrumentos de produção é reduzido à sua dimensão de força de trabalho. Uma mercadoria especial que os proprietários dos meios e instrumentos de produção (capitalistas) compram e gerenciam de tal sorte que o dispêndio da mesma pelo trabalhador, no processo produtivo, pague o seu valor de mercado (em forma de salário ou meio de subsistência) e, além disso, produza um valor excedente ou mais-valia que é apropriado pelo comprador. (FRIGOTTO, s/d, s/p, 2018).

Nesse sentido, enquanto uma classe objetivava produzir riquezas e conseguir lucro, a outra visava uma mínima remuneração (salário) para a aquisição dos meios necessários à sua subsistência. Assim, uma classe depende da oportunidade de trabalho e a outra depende da mão de obra. O burguês-patrão, em busca de lucros, ciente dessa dependência, sente a necessidade de ter uma massa de trabalhadores a sua disposição, que estejam dispostos a executar os serviços e vender sua força de trabalho pelo menor salário possível. O trabalhador, por seu turno, oferece sua capacidade de trabalho a quem estiver dela precisando. Assim surge o mercado de trabalho com os contornos atuais (JAREÑO, 2008).

Para melhor compreensão da dinâmica do mercado de trabalho, é importante resgatar alguns de seus conceitos, de acordo com as diferentes correntes teóricas. Segundo Oliveira e Piccinini (2011), o economista clássico Adam Smith entendia o trabalho como um produto decorrente da venda da força de trabalho pelos trabalhadores, onde os empregadores são os compradores, os preços são os salários e o mercado de trabalho é o espaço onde ocorrem essas transações. De acordo com Sanchis (1995), para a teoria clássica o mercado de trabalho funciona como qualquer outro bem e o seu equilíbrio seria obtido quando a oferta e a demanda coincidem, o que só é possível quando o nível de salário é igual à produtividade marginal do trabalho.

Para a vertente marxista, o desenvolvimento tecnológico e a propriedade dos bens de produção permitem ao capitalista-patrão manter uma parcela dos trabalhadores desempregados, de modo que a organização do mercado resulta de uma desigualdade

na distribuição de recursos entre as duas partes (empregados e empregadores) e também dos seus diferentes membros (trabalhadores ou organizações) dentro de seu respectivo grupo. Na ótica marxista, o desemprego não representa o mal funcionamento do sistema e sim algo ligado à lógica da economia capitalista, de maneira que a inexistência do desemprego lhe impediria de funcionar sozinha (OLIVEIRA; PICCININI, 2011; SANCHIS, 1995).

Ora, essa massa de trabalhadores que sobram (desempregados), denominada por Marx (1984) de exército industrial de reserva, tem a função de regular os salários no mercado de trabalho, pressionando-os para baixo, conforme a lei de oferta e de procura: mais procura (por emprego) e menos oferta (de emprego) menores salários para aqueles que estiverem em busca de uma vaga nesse mercado.

O aumento ou diminuição desse exército industrial de reserva estará ligado às mudanças periódicas do ciclo industrial (MARX, 1984). O industrial pode ser compreendido atualmente como a produção capitalista, tendo em vista que Marx ao seu tempo analisou um tipo determinado de trabalho: o industrial, contudo, hoje a economia capitalista é extremamente complexa, envolvendo outras atividades além da produção industrial e essa massa de trabalhadores desempregados estão em todos os setores da economia capitalista.

Ainda segundo Oliveira e Piccinini (2011), na perspectiva neoclássica a oferta de trabalho engloba a produtividade individual do trabalhador, ou seja, quanto mais qualificado e eficiente for, melhor será sua condição nesse mercado. Sanchis (1995), por sua vez, afirma que nessa teoria o mercado de trabalho não pode funcionar como o de qualquer outro bem, já que os trabalhadores contratados implicam em custos fixos, de recrutamento, seleção e formação, uma vez que esses normalmente precisam de qualificações específicas, o que explicaria as diferenças salariais pela falta ou não do investimento no capital humano (qualificação) dos trabalhadores. Portanto, essa teoria sempre oferece soluções relacionadas à melhoria dos níveis educativos (aumento do capital humano) para problemas como o desemprego e a desigualdade salarial, entre outros.

Assim, tanto na perspectiva clássica quanto na neoclássica, a oferta e demanda de empregos está relacionada aos níveis dos salários, de modo que quanto menores forem os salários, naturalmente ocorrerá um aumento da oferta de emprego. O pleno emprego seria o equilíbrio entre os valores dos salários com as condições de demanda e oferta de emprego. Mas segundo a teoria marxista, mesmo que o mercado de trabalho atinja essa condição, ela não deve perdurar por muito tempo, já que o capitalismo possui uma instabilidade dinâmica que se traduz por crises econômicas.

Segundo Oliveira e Piccinini (2011, p. 1522), a teoria keynesiana “contesta a existência de tal mercado de trabalho, alegando que a demanda de trabalho das firmas não se determina pelos salários”. A oferta de mão de obra se deve a um excesso potencial de bens pelas empresas, ou seja, se as empresas contratassem mais empregados proporcionariam maior geração de renda, o que resultaria no consumo desse excesso potencial de bens (SANCHIS, 1995).

Em um mercado de trabalho que funcione bem, os trabalhadores que precisam de emprego e as empresas que dependem de empregados podem encontrar um ao outro com facilidade. Nessas condições, o desemprego geralmente é friccional, baixo e temporário. Nesse ambiente, a principal política do governo é a passiva, quando o governo empreende em infraestrutura e fornece um suporte regulatório necessário para a economia e a renda aumentarem, mas não intervém diretamente para os trabalhadores encontrarem empregos ou empresas privadas encontrarem trabalhadores (MCKENZIE, 2017).

Tal suposição está bem longe da realidade de muitos países subdesenvolvidos e emergentes, como o Brasil, no qual os trabalhadores não conseguem emprego com

facilidade pela baixa oferta de vagas e as empresas não conseguem uma mão de obra desejada, com as qualificações necessárias. Esse fenômeno causa o desemprego e não só afeta negativamente a empresa e o trabalhador, mas também exerce pressão, agravando os problemas econômicos e sociais. É nesse contexto que surgem as políticas de geração de emprego pelo Estado, que atuam no melhoramento da profissionalização e de qualificação do trabalhador e na sua realocação no mercado de trabalho. Tais políticas oferecem oportunidade para o indivíduo empreender o seu próprio negócio e/ou conseguir emprego por meio de incentivos e dos investimentos realizados pelo Estado (MOTA; OLIVEIRA, 2015).

Os sindicatos e a legislação sobre salários, sobre a proteção do emprego e sobre o seguro-desemprego, também exercem seus papéis regulatórios e influenciadores no mercado de trabalho. Assim, quando o desemprego continua alto, em muitos países, tanto essas instituições quanto a legislação recebem a culpa, surgindo amplos debates políticos que propõem reformas com o intuito de enfraquecê-las, bem como com o objetivo de alterar a legislação. Por outro lado, essas instituições se defendem com vários argumentos, todos voltados para a proteção social. O salário mínimo, por exemplo, defenderia os trabalhadores de serem explorados pelos patrões, o seguro-desemprego forneceria amparo em face da perda de renda durante o desemprego e a proteção do emprego (garantias legais) defenderia os trabalhadores contra demissões arbitrárias. (HOLMLUND, 2014).

Entretanto, muitos fatores como gênero, idade, níveis de educação e a própria condição do mercado de trabalho contribuem para que o trabalhador consiga ou não um emprego protegido pela legislação. Quando não consegue, resta o caminho da inserção não oficial ou informal, que apresenta, na maioria das vezes, condições menos vantajosas. Basta verificar que grande parte das pessoas que fazem parte dessa categoria de ocupação não tem acesso sequer aos benefícios da previdência social e da seguridade social em geral.

Pamplona (2013) entende, todavia, que os empregos informais não são necessariamente para aqueles trabalhadores com baixa escolaridade e baixa renda. Segundo esse autor, o setor informal pode representar tanto a necessidade de “sobrevivência” quanto de “ascensão social”; ou seja, há trabalhadores informais por escolha e outros por falta de melhor opção. Os conceitos de “setor informal” e “emprego informal” reunidos formariam o que a Organização Internacional do Trabalho, OIT, chama de “economia informal”. De acordo com essa instituição, o setor informal compreende o total de empregos informais em empresas dos setores formal e informal e nos domicílios, o que inclui: trabalhadores por conta-própria donos de sua empresa do setor informal; empregadores donos de sua empresa do setor informal; trabalhadores familiares auxiliares; membros de cooperativas de produtores informais; assalariados que têm empregos informais (ou seja, aqueles que possuem relação de trabalho em desacordo com a legislação trabalhista, tributária e previdenciária) em empresas formais, informais ou em domicílios; trabalhadores por conta-própria que produzem bens exclusivamente para o consumo próprio (ILO, 2003). Em linhas gerais, o emprego informal é mais conhecido por muitos como aquele que se caracteriza por não ter carteira assinada.

O Estado precisa desempenhar, portanto, o papel de disciplinador e fomentador do mercado de trabalho, no sentido de criar boas condições para que os trabalhadores e os empregadores possam migrar do mercado informal para o formal, o que se dá mediante políticas públicas, sejam ativas ou passivas, que permitam uma transição para ocupações e empreendimentos que gerem trabalho e renda de melhor qualidade.

A partir da ótica neoliberal, a principal fonte para tal geração se dá pela via do investimento em educação, desenvolvendo o capital humano. Mas na perspectiva keynesiana só isso não basta, devendo haver maior intervenção do Estado quanto maior

for a precariedade do mercado, o que incluiria políticas públicas reativas, como o seguro-desemprego, ou proativas, como a qualificação ou requalificação profissional.

2.2 Mercado de trabalho brasileiro: origem e evolução

No Brasil, a formação do mercado de trabalho, na sua forma capitalista, tem como marco institucional a promulgação das primeiras leis abolicionistas, a partir de 1850, com o objetivo de inibir o tráfico negreiro. Mas apenas em 1888 o conceito de mercado de trabalho começou a ganhar os seus contornos capitalistas, com o banimento do sistema de escravidão e a transição para o trabalho livre.

Segundo Dedecca (2005), o período de 1888 até 1930 ficou marcado pelo desenvolvimento do ainda incipiente mercado de trabalho do Brasil, com a chegada dos imigrantes acolhidos de acordo com a política migratória. Parte desses imigrantes foram trabalhar como mão de obra assalariada na cultura do café, enquanto outros foram a principal força de trabalho para a indústria nascente paulista. Tal decisão tinha como objetivo preservar a mão de obra dos latifundiários nordestinos, já que a vinda dos então antigos escravos para a região sudeste podia encarecer e valorizar essa mão de obra, que até então era considerada barata no Nordeste, acelerando ainda mais a já decadente propriedade latifundiária nordestina.

A última fase que contribuiu de vez para a formação do mercado de trabalho brasileiro se deu a partir dos anos 1930, com o desenvolvimento industrial e criação da carteira de trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Tais condições foram oportunas tanto do lado da demanda (novos empregos) como do lado da oferta de trabalho (através da migração de trabalhadores rurais para o meio urbano), criando um cenário ideal para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (BARBOSA, 2016).

A partir de então, com o fortalecimento das categorias e dos sindicatos, os trabalhadores obtiveram conquistas importantes, como a garantia de férias, de descanso semanal remunerado, de jornada de oito horas, de regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outros (BATISTELLA, 2015).

No contexto atual, o mercado de trabalho brasileiro se assemelha ao de outros países capitalistas quanto ao modo de funcionamento, sofrendo influência do governo (por meios de políticas públicas), da globalização (por meio das correntes migratórias), dos avanços tecnológicos (por meio das mudanças no perfil das ocupações), entre outros.

Visto a origem, os conceitos e o funcionamento do mercado de trabalho, a seção a seguir apresenta os procedimentos metodológicos utilizados e os resultados encontrados na pesquisa.

3. Metodologia

Para perseguir os seus objetivos, esta pesquisa caracterizou-se como bibliométrica. Segundo Treinta et al. (2002), bibliometria é o conjunto de métodos de pesquisa utilizados para mapear a estrutura do conhecimento em um campo científico através de uma abordagem quantitativa e estatística de diversos dados bibliográficos. Essa técnica de pesquisa permitiu, com base nas análises das publicações nacionais disponíveis nas bases CAPES, EnANPAD e Spell, levantar dados e informações sobre as pesquisas referentes ao mercado de trabalho, no sentido de caracterização e quantificação das publicações disponíveis sobre o tema.

Silva, Hayashi e Hayashi (2011) relatam que a bibliometria abrange dois tipos de estudos: os descritivos e os avaliativos. As pesquisas descritivas referem-se à produtividade obtida pela contagem de livros, periódicos e outros formatos de comunicação, enquanto que os estudos avaliativos estão relacionados ao uso da literatura por meio da contagem de referências e citações em trabalhos de pesquisa. A pesquisa

ora relatada envolve estudo descritivo e avaliativo, ao realizar o levantamento tanto da contagem de publicações quanto do número de citações em outras publicações.

A opção pelas bases CAPES, EnANPAD e Spell se deveu ao fato de serem importantes repositórios de periódicos com estudos relevantes e disponíveis em plataformas *on line*. Foram considerados os artigos publicados no período de 2013 a 2017.

Para esta pesquisa, inicialmente foi definido que os artigos avaliados seriam aqueles que abordassem sobre o mercado de trabalho, mediante a busca, no título dos artigos, das palavras-chave: “mercado de trabalho”, “emprego”, “trabalho e renda”, “trabalho formal” e “política pública de emprego”. A busca foi realizada no próprio *site* dos periódicos CAPES, EnANPAD e Spell, entre os meses de novembro e dezembro de 2017.

A amostra inicial gerou um total de 508 artigos. Tendo em vista os objetivos do estudo, foi feita uma primeira filtragem, eliminando-se os artigos que estavam repetidos nas bases, os artigos que não estavam em português, os artigos não científicos e os artigos sem nenhuma citação no Google Acadêmico, o que apresentou como remanescente um total de 171 artigos. Uma segunda filtragem foi realizada, agora com o objetivo de descartar os artigos que não tratassem efetivamente da temática do mercado de trabalho, restando ao final, portanto, 44 artigos úteis aos interesses da pesquisa. Para o levantamento de informações e compilações de dados foi utilizado o Google Acadêmico, de amplo conhecimento e uso no meio acadêmico, e o Software Ucinet®, que é um programa para Windows especializado na análise de dados provenientes de redes sociais, de relações ou redes.

O Google Acadêmico foi utilizado para avaliar o alcance/impacto dos artigos pré-selecionados, descartando-se os artigos que não tivessem pelo menos duas citações nessa base. O Ucinet® teve grande utilidade para o estudo, na medida em que relaciona as propriedades em rede com a análise quantitativa.

Na sequência são apresentados os dados obtidos, por meio de tabelas e figuras que facilitam a compreensão, além das análises realizadas e o resultado do estudo.

4. Discussão

Na pesquisa nos *sites* PERIÓDICOS CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), Spell (<http://www.spell.org.br>) e EnANPAD (<http://www.anpad.org.br>), foram localizados um total de 508 trabalhos que continham as palavras-chave buscadas no título do artigo, sendo 420 na base CAPES, 69 no Spell e 19 no EnANPAD. Destes, foram filtrados aqueles que possuíam pelo menos uma citação no Google Acadêmico, totalizando 171 artigos.

Tabela 1: Quantificação de artigos sobre os temas pesquisados, por base de dados e anos selecionados

Ano	Base Pesquisada	Total encontrado	Repetidos			Em outro idioma	Não é científico	Sem citação no Google	Úteis para a análise	Total por ano
			EnANPAD	Spell	Capes					
2013	Capes	104	0	7	11	2	5	28	51	63
	Spell	16	1	0	0	0	0	5	10	
	EnANPAD	5	0	0	0	0	0	3	2	
2014	Capes	89	0	3	9	3	3	44	27	34
	Spell	10	0	0	0	0	0	5	5	
	EnANPAD	3	0	0	0	0	0	1	2	
2015	Capes	84	0	3	13	3	1	34	30	39
	Spell	17	0	1	0	0	0	7	9	
	EnANPAD	2	0	0	0	0	0	2	0	

2016	Capes	95	0	6	7	7	1	55	19	38
	Spell	16	0	0	0	0	0	7	9	
	EnANPAD	6	1	0	0	0	0	5	0	
2017	Capes	48	0	4	4	1	0	34	5	7
	Spell	10	0	0	0	0	0	8	2	
	EnANPAD	3	0	0	0	0	0	3	0	
	TOTAL	508	2	24	44	16	10	241	171	

Fonte: Dados da Pesquisa (2017/2018)

Com base na Tabela 1, é possível verificar que o filtro do Google Acadêmico eliminou 241 artigos, ou seja, essas publicações não tiveram impacto em outros estudos ou são muito recentes. É importante ressaltar, todavia, que quanto mais recente a pesquisa, menor a possibilidade de ter havido citação, conforme se verifica no ano de 2017, com 61 artigos encontrados e 45 ainda não citados.

Com o intuito de destacar apenas os artigos mais relevantes que tratam da temática pesquisada, foi realizada uma análise individual dos 171 que restaram após todas as filtragens. Destes, foram eliminados aqueles que não tratavam diretamente da temática, ou seja, cuja contribuição não seria significativa para o estudo. Além disso, para delimitar mais os estudos relevantes e selecionar de uma maneira geral os que mais contribuiriam para a discussão do tema, foram eliminados 127 artigos que possuíam apenas uma citação no Google Acadêmico, restando ao final 44 artigos efetivamente úteis para os propósitos do estudo.

Tabela 2: Artigos científicos relevantes sobre a temática pesquisada, de acordo com o número de citações no Google Acadêmico, base de dados e ano de publicação

Título (Base / ano)	Nº de Citações	Conclusões
A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. (CAPES / 2013)	43	A pesquisa apresentou discriminações como rendimento e horas trabalhadas na participação feminina no mercado formal e informal. Sendo que, o emprego informal oferece menos discriminações tornando isso uma motivação para sua adoção.
Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação. (CAPES / 2013)	25	Conclui-se que as discriminações salariais das mulheres ocorrem em grandes proporções em ambos os mercados, sendo maior no mercado formal.
Mudanças nas políticas: Do (des)emprego à empregabilidade. (CAPES / 2013)	20	O estudo conclui que estado português facilitou os elementos na entrada ao sistema de proteção aos desempregados e que houve uma diminuição nos investimentos de políticas ativas de emprego, deixando menos ineficiente a participação dos desempregados no mercado de trabalho.
Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição? (CAPES / 2014)	15	O artigo discute vários aspectos da <i>performance</i> recente do mercado de trabalho. Também conclui que o principal fator para que o país volte a crescer e criar bons empregos, seria aumentar a qualidade do ensino público em geral.
Importância dos setores agroindustriais na geração de renda e emprego para a economia brasileira. (CAPES / 2013)	11	Conclui-se que incentivos sobre a demanda pelos produtos agroindustriais brasileiros podem gerar maior crescimento e emprego no Brasil do que o aumento de demanda por bens industriais.
Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. (CAPES / 2014)	11	O trabalho publicado em 2014 indica que mesmo com uma melhora no quadro do mercado de trabalho, ainda existem muitas pessoas, sem lugar claramente definido na economia

Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho. (CAPES / 2013)	11	Foi constatado, que quanto mais sólida a qualidade da formação profissional, são maiores as chances para o processo de inserção no mercado de trabalho.
A política Pública de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil: estrutura e questões. (CAPES / 2015)	10	Conclui-se que as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, adquirem uma considerável importância, pois permitem a inserção ou reinserção do trabalhador no mercado de trabalho.
Crise, trabalho e (des)emprego. (SPELL / 2013)	8	O texto demonstra a dinâmica durante os anos 70 e 80 entre o governo, empresas e os movimentos trabalhistas de diversos setores responsáveis por protestos e críticas.
Royalties do petróleo e emprego público nos municípios Brasileiros. (CAPES / 2014)	8	Os resultados mostram que as prefeituras de todos os estados menos do Rio de Janeiro, fizeram o uso de verbas provenientes do petróleo, para aumentarem o número de servidores, contrariando a legislação.
Duração do desemprego e transições para o emprego formal, a inatividade e a informalidade. (CAPES / 2014).	8	A pesquisa mostra através de evidências que quanto maior o tempo de desempregado, o indivíduo passe a aceitar ofertas de empregos que não aceitaria anteriormente. Também foi apresentado que o desemprego a longo prazo faz o indivíduo sair da força de trabalho, por desalento.
Efeitos dos pisos salariais estaduais sobre o mercado de trabalho: Uma nova abordagem empírica. (CAPES / 2015)	8	O estudo conclui que os efeitos dos pisos salariais introduzidos no Paraná e São Paulo em três grupos ocupacionais e apenas em um deles a política aumentou a remuneração dos trabalhadores que recebiam menos do que o piso criado, nos outros não foi encontrado nenhum efeito significativo da legislação.
Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. (CAPES / 2015).	8	Os autores colocam que no ponto de vista deles o governo Dilma, concebeu uma proposta de política industrial, o Plano Brasil, que mais se aproximou das necessidades brasileiras, porém mal-executado e fracassou.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017/2018)

Obs.: Por questão de espaço, foram elencados apenas os artigos que apresentaram 8 ou mais citações.

Observa-se, na Tabela 2, que três produções científicas se destacam com mais de 20 citações cada: *A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro*, com 43 citações; *Mercados de trabalho formal e informal: uma análise da discriminação e da segmentação*, com 25 citações, e *Mudanças nas políticas: Do (des)emprego à empregabilidade*, com 20 citações. Todas tratam da temática de emprego e trabalho formal, mostrando a dinâmica do mercado de trabalho.

Os 44 artigos que foram efetivamente lidos e analisados, além de conter as palavras-chave escolhidas para a pesquisa, apresentavam relação direta com os temas de interesse da pesquisa, conforme demonstrado na Tabela 3, com destaque para o subtema “Educação, Gênero e Jovens”, com 11 trabalhos, os quais abordam questões relacionadas à presença e aos desafios do gênero feminino e dos jovens no mercado de trabalho.

Tabela 3: Quantidade de estudos, por assunto, dos 44 artigos selecionados referentes ao tema mercado de trabalho

Assuntos	Quantidade de estudos
Educação; Gênero e Jovens	11
Dinâmica (Emprego formal e informal; Desemprego)	8
Economia	6

Funções específicas ou profissão	4
Preconceito; Discriminação; Desigualdade	3
Atividades ou Setores específicos	2
Crise	2
Leis; Instituições; regulamentações; programas; políticas ativas	2
Mercado de trabalho rural	2
Políticas governamentais	2
Globalização	1
Idosos; envelhecimento e aposentadoria	1

Fonte: Dados da Pesquisa (2017/2018)

A Tabela 3, também destaca a maior incidência dos temas “Dinâmica (Emprego formal e informal; Desemprego)” e “Economia”, o primeiro com 8 estudos que tratam do emprego formal/informal e suas singularidades, e o segundo tema com 6 pesquisas mostrando as relações econômicas e seus impactos no mercado de trabalho.

Com a finalidade de mostrar quais os tipos de abordagens metodológicas utilizadas pelos autores dos artigos selecionados foi elaborada a Tabela 4, a qual aponta os tipos de abordagens metodológicas e a quantidade de estudos.

Tabela 4: Quantidade de estudos, por metodologia, adotados pelos autores dos 44 artigos selecionados

Metodologia	Quantidade de estudos
Pesquisa Documental	17
Pesquisa bibliográfica	14
Pesquisa com Entrevista	7
Pesquisa com <i>Survey</i>	3
Ensaio teórico	2
Pesquisa Experimental	1

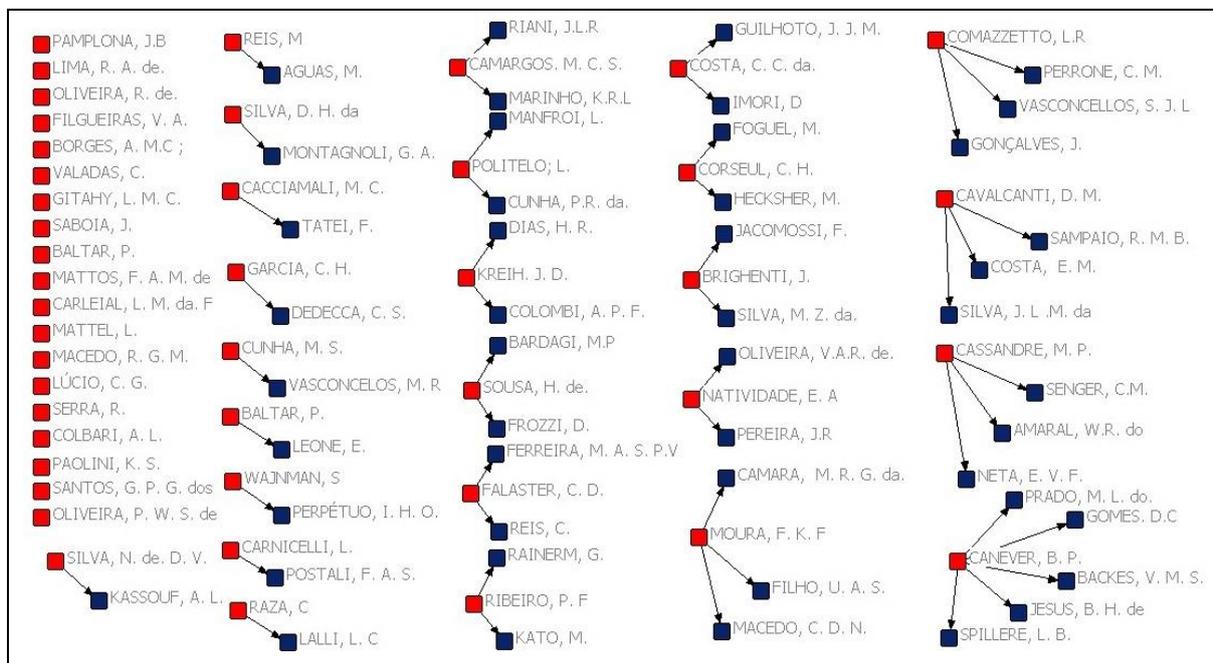
Fonte: Dados da Pesquisa (2017/2018).

Conforme a Tabela 4, os 44 artigos selecionados valeram-se de estudos tanto quantitativos e quanto qualitativos, havendo um certo equilíbrio entre eles. Mais da metade dos trabalhos não apresentavam indicação clara da abordagem e dos procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, havendo necessidade, nesses casos, de classificação mediante a leitura do texto completo.

A abordagem e o procedimento que mais se destacam são as pesquisas documentais, com 17 trabalhos. Nesta metodologia foi possível observar que muitos dados utilizados foram captados de instituições do governo responsáveis pelo estudo do mercado de trabalho no Brasil, principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com destaque para a sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Foram analisadas as redes de interações entre autores e coautores dos 44 artigos que apresentaram contribuição sobre o tema pesquisado. A Figura 1, representa em vermelho os 44 autores e em azul os 47 coautores. Desses artigos, 19 foram publicados apenas por um autor, 10 tiveram a participação de dois autores, outros 10 tiveram a participação de três autores, 4 artigos tiveram quatro autores e uma pesquisa se destacou com uma rede de seis pesquisadores.

Figura 1: Rede de pesquisadores dos 44 artigos selecionados nas bases Capes, Spell e EnANPAD no período de 2013-2017



Fonte: Dados da Pesquisa, elaborada com o software UCINET (2017/2018)

A pesquisa que se destacou foi “*Processo de formação e inserção no mercado de trabalho: uma visão dos egressos de enfermagem*”, em que Bruna P. Canever (Universidade Federal de Santa Catarina) é autora principal e possui outros 5 coautores. A autora principal e 4 coautores possuem mestrado ou doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina, e uma coautora possui apenas graduação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Tal estudo caracteriza a participação de grupos verticalizados, sob a coordenação de um possível doutor e participação de outros pesquisadores que estão em vias de titulação acadêmica (ainda com graduação ou mestrado).

Nota-se que 43% das publicações foram realizadas apenas por um autor, ou seja, nenhum coautor contribuiu para a pesquisa, o que demonstra que as pesquisas sobre o tema são muitas vezes feitas de maneira isolada. A interação entre os pesquisadores é importante para que ocorra a troca de conhecimentos e informações com o objetivo de enriquecer a pesquisa.

O autor Paulo Baltar também merece destaque, levando em consideração que foi o único que participou em mais de uma das publicações analisadas, a saber: *Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social* (BALTAR; LEONE, 2015) e *Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil* (BALTAR, 2014). Tal pesquisador atua na docência da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), possui doutorado em ciências econômicas pela mesma instituição e faz muitas pesquisas relacionadas ao mercado de trabalho.

Por fim, merecem destaque as revistas que contribuíram para que os 44 artigos analisados estivessem disponíveis para a discussão da temática do mercado de trabalho. Assim, a Tabela 5, apresenta as revistas que tiveram mais de uma publicação.

Tabela 5: Distribuição dos artigos selecionados, por periódico

Revista	Quantidade de estudos
Estudos Avançados	9
Nova Economia	4
Economia Aplicada	3
Políticas Públicas	2

Fonte: Dados da Pesquisa (2017/2018).

De acordo com a Tabela 5, 41% dos 44 estudos analisados estão concentrados em apenas 4 revistas, com destaque para a Revista Estudos Avançados, que sozinha fez a publicação de 9 artigos.

Outras revistas têm publicado sobre o tema, como a Nova Economia, a Economia Aplicada e a Políticas Públicas, mas com um número menor de artigos. Os demais artigos selecionados (26) foram publicados em revistas distintas, o que demonstra que há uma grande dispersão dos artigos sobre o tema mercado de trabalho em uma variedade de revistas, não se configurando um periódico que tenha como escopo e espaço privilegiado, exceto os citados anteriormente, a publicação de resultados de estudos sobre o mercado de trabalho.

Após a apresentação dos resultados e análise dos dados, a seção a seguir apresenta uma discussão, as considerações finais e sugestões para os próximos estudos sobre a temática mercado de trabalho.

5. Considerações finais

Este artigo objetivou identificar e quantificar as publicações disponíveis nas bases PERIÓDICOS CAPES, EnANPAD e Spell no período de 2013-2017. Discorreu inicialmente sobre a importância do mercado de trabalho para a sociedade, apresentando sua origem, seus conceitos e sua evolução. Observou-se também que o governo (federal, estadual e municipal) pode influenciar o mercado de trabalho por meio de políticas públicas, ficando evidenciada a importância para todos agentes (governo, organizações, trabalhadores) quanto à necessidade de um mercado de trabalho dinâmico, onde sejam mantidas condições adequadas de competição entre trabalhadores e organizações, sem que isso implique na exclusão de parte considerável da população através do desemprego e suas consequências.

Na pesquisa inicial foi observado um foco dos estudos em assuntos que são frequentemente responsáveis por debates na sociedade e principalmente no meio acadêmico, se destacando: os desafios dos jovens e das mulheres no mercado de trabalho; relação entre educação e emprego; a dinâmica do mercado de trabalho (emprego e desemprego); a economia e a sua influência no mercado de trabalho; discriminações no mercado de trabalho por gênero, cor e idade; profissões específicas e sua inserção no mercado de trabalho.

A partir do título dos 44 trabalhos finais selecionados, já se pode notar diferentes áreas (regiões, estados e municípios) e diferentes grupos de pessoas (mulheres, jovens, idosos, enfermeiros) sendo estudados, conforme o interesse dos pesquisadores.

O uso do Software Ucinet foi relevante para estabelecer a rede de relacionamento entre os autores e coautores dos artigos analisados na pesquisa. Foi possível observar que as redes de relacionamento dos pesquisadores nacionais são isoladas, que muitos estudiosos publicam sozinhos e que apenas um autor apresentou mais de uma publicação sobre o tema no período analisado.

Por fim, foram identificadas as revistas com mais publicações entre os 44 artigos selecionados (Estudos Avançados, Nova Economia, Economia Aplicada e Políticas Aplicadas), destacando-se as revistas de cunho econômico que publicam sobre o mercado de trabalho.

Conclui-se, também, que a base que mais contribuiu, em quantidade de estudos sobre o mercado de trabalho, foi a PERIÓDICOS CAPES, com 36 dos 44 artigos selecionados, e que o ano de 2013 foi o que apresentou maior concentração de artigos e mais citações no Google Acadêmico.

As publicações que foram obtidas como resultado dessa pesquisa bibliométrica, contribuem para o entendimento do contexto histórico e atual do mercado de trabalho brasileiro bem como sua relação com a realidade econômica e social do país.

Sugere-se, para estudos posteriores, o aprofundamento do tema “mercado de trabalho” a partir de revisões teóricas e abordagens mais amplas, já que uma das limitações para a apropriação do referencial teórico, neste estudo, foi identificar estudos nacionais recentes que tratem do mercado de trabalho como um todo e de forma conceitual, não se restringindo a apresentar dados estatísticos e ou discutir realidades restritas a determinados grupos ou segmentos de pessoas.

Este estudo contribui para compreender as recentes publicações sobre o mercado de trabalho e seus conceitos em periódicos nacionais, bem como os principais temas de estudo e autores e suas redes de pesquisa.

Referências

BALTAR, P. Política econômica, emprego e política de emprego no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. v. 28, n. 81, p. 95-114, 2014.

BALTAR, P; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Revista Estudos Avançados**. v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.

BARBOSA, A. de. F. O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. **Revista Estudos Avançados**. v. 30, n. 87, p. 7-28, 2016.

BATISTELLA, A. A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unesc & Ciência**. v. 6, n.1, p. 21-34, 2013.

CANEVER, B. P. Processo de formação e inserção no mercado de trabalho: uma visão dos egressos de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. v. 35, n. 1, p. 87- 93, 2014.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**. v. 25, n. 1, p. 94-111, 2005.

FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, s/d. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

HOLMLUND, B. What do labor market institutions do? **Labour Economics**, v. 30, n. 2, 62–69, 2014.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Report of the conference: Seventeenth International Conference of Labour Statisticians**. Geneva, 2003. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/gb/docs/gb289/pdf/icls-17.pdf>. Acesso em: 20 Abril 2018.

JAREÑO, B. J. O mercado de trabalho e o mercado de recursos humanos em Uberlândia. **Horizonte Científico**, v. 2, n. 2, 2008. Faculdade de Gestão e Negócios, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4196/3141>. Acesso em: 20 Abril 2018.

MARX, K. **O capital**. v. 1 tomo 1 e 2, 2. ed. Tradução: Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1984.

MCKENZIE, D. How Effective Are Active Labor Market Policies in Developing Countries? A Critical Review of Recent Evidence. **IZA Discussion Papers**. n. 10655, 2017.

MOTA, L. de. A.; OLIVEIRA, M. S. de. Políticas Públicas de Emprego no Brasil: reflexões entre a Era Vargas e o Neoliberalismo. **Revista Foco**. v. 8, n. 2, 2015.

OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Revista Administração Pública**. v. 45, n. 5, p. 1517-1538, 2011.

PAMPLONA, J.B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 30, n.1, p. 225-249, 2013.

SANCHIS, E. **Da Escola ao Desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1995.

SILVA, M. R.; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cintométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 110-129, 2011.

TREINTA, F, T.; et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, v. 24, n.3, p. 508-520, 2013.